

Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

Do Pronera ao Novo Pronacampo: A importância para a Educação do Campo e para a formação de Docentes Camponeses

From Pronera to the new Pronacampo: The importance for rural education and the training of rural teachers

De Pronera al nuevo Pronacampo: La importancia para la educación rural y la formación de docentes rurales

Sandra Maria Soares

Professora da Escola Estadual Madre Cristina. Doutoranda do programa de Pós- Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Educação Ambiental, do Campo, Indígena, Quilombola e das Relações Étnico-Raciais (EACQRES).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4377-448X>

E-mail: sandramariasrs@gmail.com

Monica Castagna Molina

Pós-Doutora em Educação pela UNICAMP(2013). Professora Associada da Universidade de Brasília (UnB), do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), na linha de pesquisa Educação Ambiental, do Campo, Indígena, Quilombola e das Relações Étnico-Raciais (EACQRES) e do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9901-9526>

E-mail: mcastagnamolina@gmail.com

Como citar este artigo:

SOARES, Sandra Maria; MOLINA, Monica C. Do Pronera ao Novo Pronacampo: A importância para a Educação do Campo e para a formação de Docentes Camponeses. CNPq. **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Set./Dez., Vol. 7, n. 20, pgs. 93-106, 2025.

Disponível

em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Volume 7, número 20 (2025)

ISSN 2525-670X

Do Pronera ao novo Pronacampo: A importância para a Educação do Campo e para a formação de Docentes Camponeses

From Pronera to the new Pronacampo: The importance for rural education and the training of rural teachers

De Pronera al nuevo Pronacampo: La importancia para la educación rural y la formación de docentes rurales

Resumo

Este texto almeja refletir sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e o Novo Pronacampo, políticas públicas da Educação do Campo, das águas e das florestas no Brasil e para a formação de Docentes Camponeses. O trabalho traz elementos para entendermos os desafios da materialização à descontinuidade destas políticas públicas na atualidade. Tem o objetivo analisar a importância das políticas públicas para a formação de Docentes Camponeses. Para a construção da pesquisa utilizou-se um levantamento bibliográfico com abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica realizada permitiu melhor situar o tema e as reflexões teóricas que problematizam e compreendem as implicações destas políticas públicas para a Educação do Campo.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Docência Camponesa. Docentes Camponeses.

Abstract

This text aims to reflect on the National Program for Education in Agrarian Reform (Pronera) and the National Program for Rural Education (Pronacampo), and the New Pronacampo, public policies for rural, water, and forest education in Brazil and for the training of peasant teachers. The work provides elements for understanding the challenges of the materialization and discontinuity of these public policies in the present day. Its objective is to analyze the importance of public policies for the training of peasant teachers. A bibliographic survey with a qualitative approach was used to construct the research. The bibliographic research carried out allowed for a better understanding of the theme and the theoretical reflections that problematize and comprehend the implications of these public policies for rural education.

Keywords: Public Policies. Peasant Teaching. Peasant Teachers.

Resumen

Este texto busca reflexionar sobre el Programa Nacional de Educación en la Reforma Agraria (Pronera), el Programa Nacional de Educación Rural (Pronacampo) y el Nuevo Pronacampo, las políticas públicas para la educación rural, hídrica y forestal en Brasil y la formación de docentes campesinos. El trabajo proporciona elementos para comprender los desafíos de la materialización y la discontinuidad de estas políticas públicas en la actualidad. Su objetivo es analizar la importancia de las políticas públicas para la formación de docentes campesinos. Se utilizó un estudio bibliográfico con un enfoque cualitativo para construir la investigación. La investigación bibliográfica realizada permitió una mejor comprensión del tema y las reflexiones teóricas que problematizan y comprenden las implicaciones de estas políticas públicas para la educación rural.

Palabras clave: Políticas Públicas. Docencia Campesina. Docentes campesinos.

Introdução

Este texto almeja refletir sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), sobre o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), e sobre o Novo Pronacampo, que são políticas públicas importantes para a educação do Campo, das águas e das florestas no Brasil, estes programas tem origens e abordagens distintas. O Pronea foi criado em 1998, historicamente ligado aos movimentos sociais e à luta pela terra, priorizou o acesso à educação em todos os níveis para as populações de assentamentos rurais, enquanto o Pronacampo foi criado em 2012, uma política mais ampla do MEC, busca integrar e expandir ações de educação do campo.

O Novo Pronacampo foi criado em 2025 (Portaria nº 538) e busca fortalecer e expandir essas ações, garantindo acesso à escola de qualidade para crianças, jovens e adultos do campo, floresta e águas. Destacamos também que ao longo destes anos vem sendo constantemente reconfigurado, com momentos de avanços e também de retrocessos, no entanto, ressaltamos mas que nos últimos nove anos foi sucateado, sofreu com cortes de verbas, houve restrições na quantidade do público atendido, e alguns cursos foram totalmente extintos ou interrompidos sob a justificativa da falta de verbas para sua manutenção. A produção deste artigo está relacionado à pesquisa de doutorado intitulada: A práxis dos egressos da Licenciatura em Educação do Campo da UnB na Escola Estadual Madre Cristina-MT, e traz elementos para entendermos esta realidade, que enquanto escola do campo busca desenvolver práxis não só valorizando o currículo prescrito como também o currículo a partir da realidade onde esta escola está inserida.

A Materialidade das Políticas Públicas e programas que buscam integrar e expandir ações de educação do campo e tem como eixo a formação de Docentes Camponeses

A Educação do Campo, é construída a partir de demandas dos movimentos sociais camponeses, o conceito foi usado a partir de 1998, com a realização da I Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, a partir das lutas e conquistas de cursos superiores pelo PRONERA no intervalo de 1998 a 2002, e no I Seminário Nacional de Educação do Campo, realizado em novembro de 2002 na

UnB, compreendendo que os sujeitos camponeses têm direito a todos os níveis de ensino, os movimentos sociais e universidades integrantes do Movimento Nacional pela Educação do Campo decidiram suprimir a palavra “Básica”.

Nesse sentido, o debate em âmbito nacional a respeito de uma educação “como prática social ainda em processo de construção histórica” (Caldart, 2012, p. 261) justifica a luta por políticas públicas de educação voltadas à garantia dos direitos dos povos camponeses, com uma pedagogia que valoriza as lutas e a vida desde às creches à pós-graduação.

No imaginário social, o povo camponês, é ainda aquele caipira da roça, atrasado, subserviente ao patrão, onde não se faz necessário uma educação e um ensino de qualidade, onde são ofertados os métodos que não tem relevância na sua vida, onde os materiais pedagógicos são aqueles restos que sobram da cidade, os docentes são aqueles que não conseguem aula na cidade, por isso vão para as escolas na zona rural, contudo com as políticas de Educação do campo e a própria luta dos movimentos sociais esta realidade vem sendo desmistificada, a partir das pesquisas realizadas em escolas do campo percebemos elementos importantes para compreendermos esta mudança e também elementos para entendermos e refletirmos sobre a realidade dos docentes camponeses e os processos formativos vinculados a uma formação específica voltado para o povo camponês.

A formação do docente camponês está entre as pautas desta modalidade da Educação, tanto a formação inicial, quanto a continuada que são desenvolvidas com cursos ofertados em parceria com as Universidades e Movimentos Sociais e que possibilitam não só o aprendizado dos conhecimentos específicos de cada área, mas também conhecimentos humanos para promover atividades que fortaleçam os territórios onde estes sujeitos estão inseridos, os movimentos sociais, e a luta, buscando formar docentes como sujeitos sócio-históricos, críticos e conscientes, capazes de analisar e intervir na realidade para transformá-la.

Conforme o Manual de Operações: “o PRONERA capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias” (Brasil, 2011).

Podemos inferir a partir da pesquisa que a maioria dos cursos voltados para a formação dos docentes camponeses, apresentam o compromisso da Educação do Campo com a formação humana e com o estreitamento dos vínculos entre a escola e a vida das comunidades camponesas, suas lutas sociais, cultura, trabalho e história. Estes cursos têm como base metodológica a pedagogia da alternância¹, com tempo escola e tempo comunidade, que possibilita que este docente estude e trabalhe, atendendo as necessidades da sua comunidade.

Assim, apresentamos ao analisarmos os marcos legais dos programas, os objetivos e proposições, destacamos que ambos ressaltam a formação de Docentes camponeses, o Pronera enquanto uma política pública do governo federal, foi de modo específico conquistada a partir da luta dos trabalhadores camponeses por uma educação do/no campo.

O programa foi criado em 16 de abril de 1998, por portaria do então Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF), num contexto de ascenso da luta pela Reforma Agrária que aliava as condições de forte organização e mobilização dos Sem Terra por todo o território nacional à sensibilidade da sociedade brasileira em torno da causa. (Santos, 2012, p.630).

A criação do programa é resultado de várias ações dos coletivos organizados, entre eles destacamos o protagonismo do MST, que ao longo das últimas três décadas vêm construindo uma proposta de educação do campo, como é destacado por Molina; Santos e Brito, (2020, p. 5-6):

O PRONERA já proporcionou o acesso à educação a mais de 190 mil estudantes jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária e quilombolas, que se formaram em cursos que vão da alfabetização até a pós-graduação. O Programa tem articulação com mais de 100 instituições educacionais, entre universidades e institutos federais envolvidos na oferta de cursos em mais de 1.000 municípios do país. De 1998 a 2018, conforme dados do Incra, o PRONERA garantiu a realização de 512 cursos, formando jovens e adultos em diferentes áreas do conhecimento (Dias, 2020). A maior parte dos cursos compreendeu a alfabetização e escolarização dos anos

¹ A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Esse método começou a tomar forma em 1935 a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas. (Teixeira, Bernartt, Trindade, 2008, p. 227).

iniciais do Ensino Fundamental. No nível médio, destacam-se as modalidades Técnico Concomitante e Integrado. No âmbito da Educação Superior, já foram ofertados pelo PRONERA 100 cursos de graduação e 89 de pós-graduação em diferentes especializações e um mestrado profissional, garantindo, no total, a formação de aproximadamente 5.347 estudantes em nível superior. Os cursos superiores foram ofertados em diversas áreas de conhecimento: Pedagogia da Terra; Pedagogia das Águas; Licenciaturas em História, Letras, Geografia, Ciências Sociais e Artes; Jornalismo da Terra; Agronomia; Agroecologia; Direito; Enfermagem; Serviço Social; Medicina Veterinária e Zootecnia.

Em 16 de abril de 2025, o programa completou 27 (vinte e sete) anos, e como exposto pelas autoras supracitadas (2020, p. 5),

os êxitos alcançados por essa política educacional forjada pela luta protagonizada pelo campesinato organizado no país, especialmente pelo MST, têm sido registrados por diferentes pesquisas produzidas ao longo de sua história,

E destacamos estes êxitos na transformação da vida de muitos homens e mulheres que tiveram a oportunidade de estudar, se formar e cortar as cercas do latifúndio.

Nesse contexto, também destacamos a importância do Pronacampo que é uma política pública do Ministério da Educação (MEC) para garantir e qualificar a educação no campo, abrangendo povos do campo, das águas e das florestas, focando em educação contextualizada, com o objetivo de atender às necessidades desses territórios e promover o direito à educação de qualidade e permanência dos estudantes e tem como eixo de atuação a formação de professores, a melhoria da infraestrutura escolar, a produção de material didático específico, a educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional e tecnológica.

Neste trabalho buscamos identificar os dados relacionado ao âmbito da Formação Inicial e Continuada de Professores, que de acordo com a CONTAG² (2018) “foram formados “15 mil professores na Educação Integral; 4 mil na Educação Quilombola; 8,5 mil no Aperfeiçoamento em Educação do Campo; e 21 mil em Especialização em Educação do Campo”, com muitos desafios e retrocessos e a descontinuidade do programa ocorridos nos últimos anos, após o

² Disponível <https://ww2.contag.org.br/governo-apresenta-numeros-do-pronacampo-e-boa-parte-das-metas-esta-longe-de-ser-alcancada-20180216> acessado em 10 de novembro de 2025.

*impeachment*³ da Presidenta Dilma Rousseff, favorecendo o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados nos últimos anos pelo povo brasileiro, favorecendo assim a implementação de um conjunto de medidas que buscam redefinir o Estado mínimo, que se traduzem no congelamento do gasto público dos investimentos em educação, saúde e serviço social e nas privatizações de grandes estatais.

Contudo, faz necessário destacar que mais uma vez a classe trabalhadora se uniu e com muita luta fez eleito o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu terceiro mandato – 2022 a 2026-, que continua resistindo e realizando as políticas sociais em benefício da classe trabalhadora, comprometido principalmente em restabelecer a dignidade do ser humano, retirando o Brasil, mais uma vez do mapa da fome e retornando com as políticas educacionais que geram igualdade social principalmente para aqueles que não teriam acesso à educação sem estas políticas.

E atualmente, após muitos debates, reivindicações e reuniões, avançamos com políticas educacionais para os povos das águas, das florestas e do campo com o Novo Pronacampo que reorganiza a luta e constrói um novo caminho. O Novo Pronacampo foi lançado em julho de 2025, como uma:

Política pública articulada para ampliar, qualificar e garantir a oferta, o acesso e a permanência à modalidade da educação do campo aos povos do campo, das águas e das florestas, em todas as etapas e níveis, assegurando o direito à educação e suas especificidades a todos os povos brasileiros. (Brasil, 2025)

Esta política pública visa atender as seguintes etapas de ensino: Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica e Ensino Superior, com uma unidade responsável que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), que tinha sido extinta no início do governo de Jair Bolsonaro, em 2019, e foi recriada em 2023, no início do governo Lula. A secretaria foi criada em 2004 e extinta em 2019, sendo posteriormente recriada em 2023.

³ Consistiu em um processo iniciado com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como presidente da República Federativa do Brasil, ocorrido no dia 31 de agosto de 2016, onde foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas (Braz, 2017).

Após a sua recriação vem sendo realizados, estudos, debates, visitas aos territórios, seminários para encontrar a melhor alternativa a partir das demandas existentes. Os parceiros serão os Governos Federais com os Estados e os Municípios e o Distrito Federal, com adesão Voluntária mediante assinatura do termo de adesão através da plataforma do Novo PRONACAMPO.

Neste processo de adesão, muitos municípios a partir das intervenções dos agentes de território, fizeram a adesão, para que consigam acessar as políticas advindas do Novo Pronacampo.

A portaria do MEC Nº 538, (p. 2) de 24 de julho de 2025 que institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - Novo Pronacampo no seu Art. 3º define os princípios como:

I - o respeito e o reconhecimento da diversidade das Populações do Campo, das Águas e das Florestas em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracionais, racionais e étnicos;

II - o respeito à participação e ao protagonismo político, epistêmico e pedagógico das Populações do Campo, das Águas e das Florestas e de suas representações na elaboração e execução de programas e ações que constituem o Novo Pronacampo;

III - a produção de evidências, conhecimento e tecnologia para formação humana e profissional articulada ao desenvolvimento local e à sustentabilidade econômica e ecológica das comunidades do Campo, das Águas e das Florestas;

IV - o reconhecimento da modalidade como parte estruturante da educação básica, gratuita e de oferta obrigatória;

V - o reconhecimento da oferta da modalidade como direito público e subjetivo e obrigação do Estado; e

VI - o reconhecimento da metodologia das turmas de agrupamento multietários nos anos iniciais do ensino fundamental como promotora de educação de qualidade, que considera a equidade como princípio fundamental.

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), foi um Conjunto de ações articuladas que asseguraram a melhoria do ensino nas redes existentes, bem como, a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades - Decreto nº 7.352/2010, no entanto, houveram algumas críticas quanto ao seu atendimento e distanciamento da realidade e ao cerceamento de políticas neoliberais que ficaram evidentes a partir do ano de 2016, mas podemos ressaltar que teve uma relevante importância para

a construção e reconhecimento desta modalidade de ensino que é voltada para os povos do campo, das águas e das florestas, que busca garantir um ensino de qualidade que respeite sua cultura, sua realidade e seu modo de vida.

Podemos inferir a partir dos estudos e pesquisas realizadas que nos últimos trinta anos, o Brasil conseguiu avançar na garantia do direito à educação a crianças e jovens em todo território nacional, porém, o país não conseguiu garantir a qualidade e universalidade de uma educação que se tornasse um forte instrumento de justiça social.

Assim os movimentos sociais e de modo especial os camponeses, não podem deixar de estar na luta arduá e contínua, não podem deixar de articular com as universidades, com pesquisadores e com os governos por melhorias da qualidade da Educação do Campo, por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Assim a formação dos docentes camponeses como eixo destes programas, possibilitam a continuidade dos cursos nas Licenciaturas em Educação do Campo-LedoC, existentes e quisá com abertura nos estados que ainda não tem implantado, pois, para quem está na base, no território, no Movimento, no acampamento ou no Assentamento, se configura de extrema importância fazer uma formação voltada para as especificidades e necessidades dos povos do campo, das águas e das florestas.

As Ledocs possibilitam conhecimentos para além da formação acadêmica, os cursos tem agregado instrumentos da cultura, dos saberes dos povos, da ancestralidade, com formações que possibilitam compreender a luta e a conjuntura política/social e as mudanças que precisam ser feitas na realidade concreta onde o sujeito está inserido, com isso, passam a ser intelectuais orgânicos que surgem das classes subalternas, que acessaram conhecimento, que mediatizam as relações entre as esferas dentro da sua realidade.

Ressaltamos que estudar as Políticas Públicas e as políticas educacionais, especialmente nos dias atuais, é também nos preparar para o enfrentamento do processo de opressão e exploração que vive a classe trabalhadora pelo sistema do capital, pois somente um povo que conhece a sua história e a sua realidade é capaz

de contrapor, de pensar e acreditar na capacidade de absorver, transformar e desenvolver novos conhecimentos.

Nesse sentido Souza, (2017) afirma: “esse é afinal o primeiro passo para que enfim não mais repitamos a nossa triste história de exclusão recorrente e golpes de Estado, mas que juntos possamos construir algo verdadeiramente novo”, e para que isso se efetive de fato, na prática, é preciso estarmos organizados em coletivos e em diálogo permanente para a transformação da realidade opressora em que vivemos.

Considerações Finais

Os Programas de apoio à formação superior em Licenciatura em Educação do Campo destacados neste trabalho oferece apoio financeiro e técnico para a criação e manutenção de cursos de licenciatura específicos em Educação do Campo em universidades públicas, formando Docentes Camponeses que podem desenvolver trabalhos nas escolas do campo, como em qualquer escola no Brasil, no entanto, podem também desenvolver atividades nos seus territórios, ou nos movimentos ao qual pertencem, de organização da classe trabalhadora nos processos de organicidade na luta pela Terra e pela reforma agrária, no trabalho coletivo, na produção agroecológica dentro dos grupos sociais, associações, cooperativas nos seus territórios

A relação destes programas com a formação de docentes camponeses é direta e fundamental. O programa reconhece a necessidade de uma formação diferenciada e contextualizada que valorize os saberes das comunidades e fortaleça a identidade dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. E tem como prioridade um ensino que considera o conhecimento local e se articula com as demandas sociais e políticas dessas comunidades, promovendo a emancipação e a organização coletiva, sendo resistência aos modelos hegemônicos de formação, organizando espaços de discussão e propondo a construção de um novo projeto de educação.

Referências

Brasil. Ministério Extraordinário da Política Fundiária. Portaria nº 10/98, de 16 de abril de 1998. **Cria o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**, vinculando ao Gabinete do Ministro e aprova o seu Manual de Operações. Brasília, 1998.

Brasil. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 6 jul. 2025.

Brasil. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. **Educação no Campo/Pronera**. Brasília. Publicado dia 12/12/2011. Disponível em <http://www.incra.gov.br/educacao-no-campopronera>, acessado em 05 de outubro de 2025.

Brasil. PORTARIA MEC Nº 538, de 24 de julho de 2025. **Institui a Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas - Novo Pronacampo**. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-538-de-24-de-julho-de-2025-644409910>. Acesso em 10 de novembro de 2025.

CALDART. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p.257-265.

MOLINA, M. C.; SANTOS, C. A.; BRITO, M. M. B. O Pronera e a produção do conhecimento na formação de educadores e nas ciências agrárias: teoria e prática no enfrentamento ao bolsonarismo. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”. **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, 1-25, e4539138, jan./dez. 2020.

SANTOS, C. A. Programa Nacional de educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P. FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do campo**. 2 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2012.

SOUZA, Jessé. **Prefácio**. In: A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro, Leya, 2017.

TEIXEIRA, E. S. BERNARTT, M. L. TRINDADE, G. A. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. In: **Educ. Pesqui. [Online]**. 2008, vol. 34, n. 2, p. 227-242. Disponível em



<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022008000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 8 Jun. 2024.

Recebido: 08/12/2025

Aprovado: 16/12/2025

Publicado: 30/12/2025